

**O ESTATUTO DO PORTUGUÊS E DAS LÍNGUAS BANTU
MOÇAMBICANAS ANTES, DURANTE E DEPOIS DA LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA DA NAÇÃO EM 1975**

**THE STATUS OF PORTUGUESE AND MOZAMBICAN BANTU
LANGUAGES BEFORE, DURING AND AFTER THE
INDEPENDENCE OF NATION IN 1975**

**EL ESTATUS DE LA LENGUA PORTUGUESA Y DE LAS LENGUAS
BANTU MOZAMBICANAS ANTES, DURANTE Y DESPUÉS DE LA
LUCHA POR LA INDEPENDENCIA DE LA NACIÓN EN 1975**

*Leticia Cao PONSO**

Resumo: Este artigo examina o estatuto das línguas bantu moçambicanas e da língua portuguesa antes, durante e depois da luta pela independência de Moçambique, colônia de Portugal no Índico até 1975. O discurso fundador de Moçambique pós-colonial considera a premência do português como meio de integração dos cidadãos no sistema nacional e como facilitador do desenvolvimento das instituições políticas e sociais. Porém, apenas o português parece não dar conta da complexa realidade sociolinguística moçambicana; por isso, a Frente pela Libertação de Moçambique e o primeiro governo independente admitem a necessidade de se elaborarem programas educativos considerando as línguas africanas como bases.

Palavras-chave: Moçambique. Línguas bantu. Português. Contato linguístico. Estatuto das línguas

Abstract: This article examines the status of the Mozambican and Portuguese language bantu languages before, during and after the struggle for independence from Mozambique, Portugal's colony in the Indian Ocean until 1975. The founding discourse of postcolonial Mozambique considers the urgency of Portuguese as a means of integration Citizens in the national system and as a facilitator of the development of political and social institutions. However, only Portuguese does not seem to account for the complex Mozambican sociolinguistic reality; Therefore, the Liberation Front of Mozambique and the first independent government admit the need to develop educational programs considering African languages as bases.

Keywords: Mozambique. Bantu languages. Portuguese. Linguistic contact. Status of languages.

* Doutora em Teoria e Análise Linguística pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói- Rio de Janeiro, Brasil. Contato: lecapon@gmail.com.

Resumen: Este artículo examina la situación de las lenguas y portuguesa de Mozambique antes, durante y después de la lucha por la independencia de Mozambique, colonias de Portugal en el Océano Índico hasta 1975. El fundador del discurso poscolonial de Mozambique considera la urgencia del portugués como medio de integración de los ciudadanos en el sistema nacional y como un facilitador del desarrollo de las instituciones políticas y sociales. Sin embargo, sólo el portugués no parece dar cuenta de la compleja realidad sociolingüística de Mozambique; Por lo tanto, el Frente de Liberación de Mozambique y el primer gobierno independiente admiten la necesidad de desarrollar programas educativos teniendo en cuenta las lenguas africanas como bases.

Palabras clave: Mozambique. Idiomas bantúes. Portugués. Contacto de lenguas. Situación de las lenguas

Introdução

Na Conferência de Berlim, em 1884, ponto culminante da corrida imperialista pela posse da África, as atuais fronteiras dos países africanos foram fixadas numa partilha arbitrária de suas terras pelas principais potências imperialistas europeias – sem que se considerassem agrupamentos étnicos e linguísticos tradicionais. Nos cinco países africanos em que o português foi língua de colonização e tornou-se língua oficial (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), ele convive com dezenas de línguas autóctones – que por sua vez desmembram-se em dialetos –, e a característica predominante de seus falantes é a alternância entre uma língua e outra de acordo com domínios específicos. **Dessa forma, como a grande maioria das nações africanas, Moçambique é caracterizado pelo multilinguismo**, e muitos de seus falantes movem-se entre a ideia de dominarem uma língua ex-colonial, unificadora de um Estado-nação acima de fronteiras étnicas e regionais, e, por outro lado, de conservarem interesses e objetivos vinculados ao uso vernacular das línguas autóctones.

A questão linguística na África reflete e acirra conflitos sociais entre grupos de interesses diferentes e tem a ver com as relações de poder simbólico de determinados usos linguísticos e suas implicações sociais, políticas e econômicas. Conforme Cooper (1997, p. 47), a planificação linguística geralmente responde a objetivos não-

linguísticos, como integração nacional, controle político, desenvolvimento econômico, criação de novas elites ou manutenção das existentes, pacificação ou assimilação de grupos minoritários. Nos PALOPs, tal jogo de tensões e interesses dá-se em um cenário de dificuldades para a construção da democracia e da nacionalidade, não apenas pelo legado do tráfico, da escravidão e da colonização e pela violência das guerras civis, mas também pelos atuais conflitos étnicos, violação dos direitos humanos, falta de investimentos em ciência e tecnologia, governos corruptos, altos índices de analfabetismo, precário sistema de educação, etc.

Neste artigo, pretende-se traçar uma sócio-história dos estatutos atribuídos às línguas que coexistem em Moçambique. Um olhar retrospectivo à época das lutas de libertação nacional em tal país identifica o gérmen do estatuto de oficialidade do português na nova nação independente. Percebe-se nos discursos do movimento pró-independência na década de 70 o reconhecimento da importância dessa língua como fator de unificação nacional, ao passo que ao multilinguismo associavam-se fatores considerados prejudiciais ao desenvolvimento da nação. No entanto, como o português não foi nativizado, isto é, não se tornou a língua materna da maioria da população, tampouco as línguas autóctones africanas foram oficializadas (Firmino, 1996, p. 305), o planejamento de sua aquisição em um sistema educacional bi- ou plurilíngue ficou comprometido e não chegou, nas últimas décadas, a um desenvolvimento satisfatório.

O objetivo é tentar compreender a mudança discursiva na historicização da língua portuguesa, que passou a língua ex-colonial a partir do acontecimento histórico da independência. Enquanto objeto simbólico, a língua portuguesa atualiza-se em tal momento histórico como língua de revolução, de construção, de unificação nacional. Tal sentido, estabelecido na época da independência, revela um sentimento otimista de nacionalismo da Frente pela Libertação de Moçambique (FRELIMO) cujos ecos ainda hoje se fazem ouvir nas políticas linguísticas e nos discursos oficiais sobre o português e as línguas autóctones.

O estatuto do português e das línguas bantu moçambicanas antes de 1975

Durante os primeiros séculos da colonização portuguesa em Moçambique, a imposição do português como língua de poder foi imprescindível para que a metrópole colonial mantivesse sua estrutura de dominação. As campanhas militares e a ocupação sistemática de Moçambique pelos portugueses concluem-se na primeira metade do século XX, e nesse período desenvolvem-se as bases sociais que podem garantir a difusão do português em todo o país. Além da criação, estabelecimento e consolidação do sistema administrativo português, instituiu-se em 1917¹ o sistema de assimilação e de indigenato (NEWITT, 1997). Segundo ele, o africano que se considerasse “civilizado” devia fazer um exame e responder a certas perguntas, receber em sua casa uma comissão para julgar se ele vivia como branco, se comia com talheres, à mesa, se usava calçados e tinha apenas uma mulher. Se aprovado, recebia um “alvará de assimilação” pelo qual pagava meia libra-ouro (HONWANA, 2010, p. 94). Esses indígenas com certo nível de educação faziam a máquina administrativa funcionar e formavam a classe dos *assimilados*.

Para conseguir o estatuto de *assimilado* e obter o direito de cidadão, o africano tinha de atingir os 18 anos de idade; **falar corretamente o português**; possuir uma profissão ou ocupação que lhe garantisse a si e aos seus o mínimo necessário para viver; “comportar-se condignamente”; possuir um determinado nível de formação e cultura; cumprir escrupulosamente o serviço militar. (FITUNI, 1985, p. 55. Grifos nossos).

Além disso, os assimilados deveriam abandonar os hábitos e costumes locais, como, por exemplo, a poligamia (NEWITT, 1997, p. 442). Em seu livro de memórias, Raúl Bernardo Honwana, que se tornou assimilado em 1931, declara que, apesar de muitos assimilados terem aderido à “portugalidade” que constantemente os oprimia e agredia, era por um instinto de sobrevivência que os moçambicanos buscavam a assimilação:

¹ Portaria 317 de 9 de janeiro de 1917.

Para nós, naquele tempo, conseguir os documentos de assimilação era também procurar um futuro menos degradante para nossos filhos, era procurar para eles o acesso aos estudos. Conheço muito poucos moçambicanos do meu tempo que, sinceramente, aspirassem à assimilação como forma de ficarem iguais ao branco; ou que se sentissem verdadeiramente portugueses. É preciso compreender que uma coisa eram os nossos sentimentos, a nossa personalidade, a nossa cultura de africanos – isso mais ou menos todos tínhamos – e outra coisa era afirmar nossos valores abertamente, rejeitando também abertamente os valores do colonialismo. Ao nível individual, isso era quase impossível (HONWANA, 2010, p. 109).

A escolarização, nos países coloniais, acontecia exclusivamente em português, para uma minoria rigorosamente selecionada, servindo fundamentalmente para formar a restrita camada que ajudaria a exploração estrangeira a se perpetuar. A grande maioria dos moçambicanos desconhecia o português e usava as línguas autóctones pra a comunicação. Não apenas na África de colonização portuguesa, mas também nas colônias francesas, inglesas, holandesas, a competência na língua europeia era um passaporte para o prestígio social e para trabalhos melhor remunerados. Logo, as línguas europeias eram vistas favoravelmente, enquanto as línguas africanas eram vistas como inferiores (OBENG; ADEGBIJA, 1999, p. 356).

Em 1930, através do “Ato Colonial”, cria-se a legislação que regula a relação de Portugal com as suas colônias, e também o ensino indígena obrigatório em língua portuguesa, através do qual a potência colonial procura assegurar que as populações locais tenham acesso à instrução formal. Vale assinalar que, nessa primeira metade do século XX em Moçambique, os irmãos Albasini fundam o Grêmio Africano, no seio do qual surgem os primeiros jornais literários em língua portuguesa - *O Africano* e *O Brado Africano* - que assinalam a existência de uma elite moçambicana local produtora de um discurso culto em português. O Grêmio Africano de Lourenço Marques, cuja lista de associados entre 1908 e 1940 chega a quase 400 membros - numa altura que Lourenço Marques tinha 30 mil habitantes e Moçambique, 4 milhões - tinha ligações com outras colônias e com a metrópole, além do movimento pan-africanista. Este grupo era

constituído por uma elite letrada que erguia a voz em defesa da maioria colonizada. Quando *O Brado Africano* foi publicado em português e em xirhonga, o regime colonial considerou-o uma afronta e banuiu-o. Como todos os outros movimentos de libertação dos PALOPs, a gênese da luta anti-colonial deu-se no seio dessa elite letrada e nativa (ROCHA, 2006, p.148-156).

Quanto ao uso das línguas na educação e catequização das missões religiosas, no acordo do Estado colonial com a Igreja Católica estabelecido pelo *Estatuto Missionário*, em 1941, consta que o ensino destinado aos "indígenas" deveria ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e deveria ser em língua portuguesa (MACAGNO, 2006)². É importante assinalar que já no período pós-república portuguesa se instituíra uma legislação concernente às atividades de educação das Missões, proibindo o uso de línguas locais africanas - leis de 1921 e 1929. Em detrimento de outras missões - como as de tipo protestante - a educação indígena ficou nas mãos da Igreja Católica, perpetuando-se assim o sistema dual do indigenato, desta vez, no âmbito da educação. Havia dois sistemas educacionais: um para os africanos sob a orientação da Igreja Católica, o *ensino de adaptação* (chamado de "ensino rudimentar" até 1956), e outro para europeus e africanos assimilados, o *ensino oficial*. Segundo Teresa Cruz e Silva (1996), durante o Estado Novo, as missões protestantes - especialmente a Missão Suíça - tiveram que criar novas formas e métodos de trabalho para fazer face às barreiras criadas pela legislação vigente. Assim, os missionários protestantes organizaram cursos de alfabetização, trabalho considerado clandestino por causa da utilização de línguas locais, o que não estava legalmente autorizado.

Com o desenvolvimento da comunicação social, o regime colonial introduziu, por razões administrativas, a utilização das línguas moçambicanas nas emissoras de rádio. Essa aparente inovação tinha como objetivo atingir as populações das zonas rurais no intuito de impedir, ou pelo menos reduzir, a expansão das ideias anti-coloniais e o acesso à informação dos países vizinhos independentes. Segundo Machili, "embora não transcritas, a Rádio Moçambique possui um

² Essa decisão dura apenas vinte anos e em 1962 é tolerada a comunicação em línguas moçambicanas na liturgia. No ensino continuou o mesmo tabu (MACHILI, 1996).

tesouro de fontes históricas acerca do esforço do regime colonial em abafar a “Voz da Frelimo” (MACHILI, 1996, p. 14).

O estatuto do português e das línguas bantu moçambicanas na luta pela independência

Quando se deflagraram as guerras de libertação nacional nas colônias de Portugal, a língua portuguesa ganhou outro estatuto nos discursos dos líderes dos movimentos de libertação: facilitar o contato entre guerrilheiros de diferentes origens étnicas. Aos guerrilheiros moçambicanos, ideologicamente motivados pelo discurso da unidade nacional, era oferecida uma ideia de que a língua seria mais uma das armas de combate contra o inimigo, a mesma língua trazida e imposta por ele. Interessa observar no projeto político da nova nação, o *locus discursivo*, o lugar de onde se fala, e de que maneira esse lugar constrói uma discursividade historicamente “datada”. Assim, a partir do acontecimento histórico da libertação nacional, o estatuto que se confere à língua portuguesa e às línguas autóctones, no contexto da descolonização e conseqüente nacionalização do país, inaugura um discurso fundador sobre sua situação sociolinguística. A luta armada buscava uma ruptura política com a metrópole, e essa ruptura também se pretendia através da língua, seja ela o português ressignificado, sejam as línguas autóctones, agora valorizadas como patrimônio.

Na base dessa concepção, está a ideia de que uma língua ocidental, europeia, comum a todos os cidadãos, facilitaria não só a unidade nacional, como o desenvolvimento da ciência, a modernização, a inserção na política e no mercado internacionais. É o que defendia, em 1974, Amílcar Cabral, líder do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em discurso no qual se percebe, na disputa do espaço simbólico entre as línguas africanas e a língua portuguesa, a defesa desta última:

Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas³ nos deixaram, porque a língua não é prova de mais nada, senão um instrumento para os

³ Portugueses.

homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. [...] É a única coisa que podemos agradecer ao tuga, ao fato de ele nos ter deixado a sua língua, depois de ter roubado tanto da nossa terra (CABRAL, 1976, p. 101).

A declaração do guineense Cabral, um dos grandes ideólogos da luta de libertação dos povos africanos, interpreta como positivo o contato linguístico da língua de colonização com as línguas autóctones, defendendo o uso do português (a única coisa a agradecer) como um instrumento útil no domínio da ciência e da tecnologia. O fato de o *tuga* “ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto a nossa terra” pressupõe uma ideia de troca, de reciprocidade, em meio a um contexto de total assimetria e exploração.

Também a FRELIMO toma a resolução de que, entre tantas línguas faladas em Moçambique, o português seria aquela falada pelos combatentes, sob o pretexto de ser uma língua “neutra” para servir aos objetivos da luta e também combater o tribalismo (LIPHOLA, 1998 *apud* NAMBURETE, 2006, p. 67). “Não há, portanto, antagonismo entre a existência de um número de grupos étnicos e a Unidade Nacional. Nós lutamos juntos; juntos reconstruímos o nosso país, criando uma nova realidade, um novo Moçambique, unido e livre.” (MONDLANE, *apud* MUIUANE, 2006)

A língua portuguesa é o meio de comunicação entre todos os moçambicanos que permite quebrar as barreiras criadas pelas línguas maternas. Através dela, a ideologia do partido FRELIMO, que encarna os interesses das massas trabalhadoras e exprime seus valores revolucionários, é difundida e estudada para ser aplicada, orientando nosso povo na luta pela criação de uma sociedade mais justa, próspera e feliz, a sociedade socialista. A língua portuguesa é também a língua veicular do conhecimento científico e técnico. (...) É ainda utilizando a língua portuguesa que nos comunicamos com os outros povos do mundo (discurso da Ministra da Educação e Cultura, 1975, *apud* FIRMINO, 2002).

Encontramos na base ideológica dos movimentos de libertação algumas razões para a defesa da oficialidade do português. Em primeiro lugar, eles idealizavam a questão da unidade nacional.

Baseados nas teses do socialismo científico marxista-leninista, reivindicavam a eliminação do imperialismo e do colonialismo, bem como a supressão de relações de dependência e subordinação com outros países. Segundo Mazrui e Wondji, “o socialismo não consistia senão em um apêndice da plataforma nacionalista” (2010, p. 190). Os representantes dos movimentos de libertação nacional teriam sido levados a incorporar *slogans* socialistas no curso da luta empreendida para obter e afirmar a independência política e atingir os objetivos nacionais e de reconstrução do país. Tal nacionalismo e necessidade de unificação pressupunha que os moçambicanos das mais diferentes etnias pudessem comunicar-se em uma língua comum. Por isso, a questão linguística e educacional em torno da língua portuguesa esteve no cerne do projeto dos novos Estados-nação.

O tema da unidade nacional aparece como um dos objetivos fundamentais dos Estatutos da FRELIMO; por isso, para o Partido, era conveniente que a língua portuguesa fosse o alicerce da nova nação edificada:

Garantir a unidade nacional, a concórdia, a liberdade e a igualdade dos moçambicanos, independentemente das suas diferenças baseadas no sexo, etnia, raça, religião, convicção filosófica ou política, condição social, situação econômica ou região de origem (Estatutos da FRELIMO).

Mais adiante, porém, também se defende o respeito aos diferentes grupos étnicos:

Consolidar a identidade cultural dos moçambicanos, no respeito pelos valores culturais dos diferentes grupos étnicos e sociais, promover a sua livre expressão e o seu desenvolvimento como patrimônio cultural comum do povo moçambicano. (Estatutos da FRELIMO).

Por isso, a unidade linguística em torno da língua portuguesa (a ideia nacionalista de “um estado, uma língua”, que remonta à formação das nações europeias no séc. XIX) era encarada como um fortalecimento da nova nação. Eduardo Mondlane defende essa união:

É nesse sentido que o militante da FRELIMO deve repudiar o tribalismo e fortalecer o seu espírito unitário. Estamos certos que se o colonialismo não tivesse imposto a separação geográfica forçada, o processo natural de assimilação social e cultural que estava tomando lugar em toda a África Austral teria resultado na fusão de diferentes grupos étnicos em um só grupo (MONDLANE, *apud* MUIUANE, 2006, p. 151.).

O tribalismo e o regionalismo impedem assumir a grandeza do nosso país e da luta, não permitem compreender a complexidade da nossa Pátria e, sobretudo, dispersam as nossas forças (MONDLANE, *apud* MUIUANE, 2006, p. 309.)

Nota-se a relação de causalidade entre o tribalismo e as brechas para a exploração neocolonial. O líder associa a submissão ao imperialismo às contradições que este pode encontrar na sociedade dominada, que por sua vez são oportunizadas por facções étnicas, tribais, raciais. Então a diversidade é negativa, uma fragilidade a propiciar o caminho para a segregação, a desfavorecer certo progresso social. Em segundo lugar, à língua portuguesa atribuíam-se os papéis de língua da ciência, da tecnologia, da literatura, da administração, da escolarização etc. O discurso que legitima essa língua “é um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita (muitas vezes já gramatizada) trazendo consigo uma memória do colonizador sobre sua própria história e sobre sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 87). No entanto, essa língua de colonização não era a língua da maior parte da população, pouco ou nada escolarizada. Era a língua de uma restrita classe de funcionários do governo colonial, de assimilados, de líderes originários da elite. Era o português institucionalizado, sistematizado em gramáticas e dicionários, com um rígido sistema de ensino formal, o português que organiza e veicula o próprio aparelho de Estado, consoante tantas outras línguas coloniais na África a ele interligadas e detentoras do mesmo poder. Na visão dos dirigentes do partido que assumiu o governo, era conveniente que o português passasse a representar a língua de unidade nacional. Porém, tal item programático não foi respaldado pelas práticas e necessidades linguísticas da maioria da população, nem procurou responder se tal medida representaria um benefício que respondesse a uma demanda geral ou a um sentimento

identitário dos falantes, já que o português não era a língua materna da grande maioria (MARIANI, 2011).

Em entrevista pessoal durante minha pesquisa de tese doutoral em Moçambique, o Vice-ministro do Ministério dos Ex-combatentes, Marcelino Liphola, declara sobre esse assunto:

Quando a FRELIMO é criada em 1962, juntando vários moçambicanos provenientes de vários pontos do país e trazendo para a FRELIMO grande diversidade cultural e linguística em torno de um objetivo comum - a conquista da independência nacional -, não parece que haveria outra opção em termos da escolha de uma língua diferente do português. A “elite” política da FRELIMO estava alfabetizada em português e assim poderia melhor articular o seu pensamento político e servir aos interesses da “elite” e, por essa via, aos dos moçambicanos em geral. [...]

No entanto, é preciso saber que durante a luta de libertação nacional, sobretudo nas zonas libertadas, o português não era língua de uso dominante. Também é compreensível. A elite pretendia mostrar que estava junto do povo, falando a sua língua e lutando para defender os seus interesses. Mas por outro lado, a grande maioria do povo não falava nem fala ainda o português. Assim, as línguas moçambicanas ganham um espaço jamais visto durante todo o período colonial. Era preciso mobilizar as pessoas nas suas próprias línguas. Criar canções revolucionárias, reinventar novos termos linguísticos para responder às necessidades da guerra. Os comissários políticos e bons comandantes são notabilizados pelo uso fluente das línguas moçambicanas. [...]

Portanto, começa, durante a luta de libertação nacional, uma convivência “institucional” entre a língua do ex-colono e as línguas indígenas outrora consideradas de “línguas dos macacos”. Essa ação de complementaridade faz com que a língua portuguesa explore novos domínios para se tornar ainda a única língua de acesso ao saber. Lembre-se que o português está numa situação vantajosa incomparável com as línguas moçambicanas.

O conjunto de discursos (políticos, jornalísticos, literários¹) que se teceram junto à história no acontecimento dessas

¹ No caso da Independência de Angola e de Moçambique, o discurso literário esteve muito imbricado ao discurso político. O boom da literatura africana dos países de

independências reflete certos traços ideológicos relacionados a um grupo muito específico: os intelectuais, os que sabiam ler e escrever, os que tinham estudado em escolas de base portuguesa, os mentores dos movimentos de libertação. Logo, suas ideias não necessariamente chegavam às bases multiétnicas da guerrilha, que em sua maioria desconheciam o português e o inglês, línguas da elite intelectual moçambicana. Nessa época, a literatura africana de língua portuguesa começava a trazer à tona um português com interferências das línguas nacionais, um português mesclado às manifestações de sua tradição cultural, através da voz dos personagens que retratavam a vida das camadas populares, os sonhos de liberdade dos guerrilheiros, as frustrações dos ideais e das utopias, a luta dos intelectuais por libertos da metrópole, que se tornaram sujeitos da sua própria história. Assim, o surgimento de uma literatura e de uma expressão cultural nacional representava a construção de uma nova nação. E a esse projeto político alia-se um projeto linguístico-literário (CHAVES, 1999; MACÊDO, 2008).

O homem político africano, colocando a poesia em favor da retórica política, não se servia unicamente na fonte da poesia autóctone. A fronteira era igualmente imprecisa, tanto entre a arte e a militância, quanto entre o mundo autóctone e o mundo exterior. A África mobilizou as línguas e a literatura europeias em benefício da libertação e da eloquência africanas (MAZRUI *et al.*, 2010, p. 664).

Mesmo expressa em língua europeia, a literatura moçambicana que despontou nessa época sob o estímulo político da FRELIMO teve impulso na singularidade do seu contexto histórico. Mas se, por um lado, o processo de luta pela libertação é um fenômeno que transforma a produção literária da época, por outro, tal produto também funciona como um catalizador da militância e do comprometimento dos intelectuais colonizados com a expulsão do poder colonial. Para Mazrui, nessa época a dependência linguística e o nacionalismo literário manifestam-se simultaneamente (2010, p. 3). As literaturas africanas, no contexto pós-

língua portuguesa coincidiu com os processos de descolonização. Sobre o assunto, conferir e Padilha, 1995, Chaves, 1999 e 2005 e Macêdo, 2008. Sobre o discurso jornalístico, conferir Bittencourt, 1999.

colonial, não apenas exprimem aspectos de sua realidade histórica, como inevitavelmente desempenham um papel determinante na construção de tal realidade (CHAVES, 1999; MACEDO, 2008; PADILHA, 2009). Há, por exemplo, um vínculo muito estreito entre o discurso dos escritores nacionalistas e as palavras de ordem dos movimentos durante os anos de luta pela libertação.

Assim, mais do que os resultados a que se chegou com tal luta, o foco, retrospectivamente, deve recair sobre o processo pelo qual essas transformações se deram, com ênfase no papel da língua portuguesa como arma de combate. Os escritores desse período e sua literatura em sua relação com os movimentos libertários contribuíram para uma reconstrução sócio-simbólica da língua portuguesa na nação moçambicana nas últimas décadas, em uma nova ecologia social. Em contrapartida, a constituição heterogênea da cultura linguística característica dos PALOPs, multilíngue, de transmissão oral, de resistência e preservação da identidade e dos valores autóctones foi colocada à margem dos discursos dos movimentos de libertação, que viram nela uma ameaça. A língua portuguesa, assim, foi-se constituindo entre os discursos hegemônicos e autorizados que costumam cercar as línguas de colonização. Porém, a oficialização do português como a língua nacional não foi acompanhada por medidas que permitissem o seu domínio pela maioria dos cidadãos.

Depois da independência (durante todo o processo, cujo gérmen na verdade situa-se em finais do séc. XIX), outra memória pode ser instituída a respeito da língua portuguesa. O que se vê aqui é a construção de uma realidade discursiva que não havia em um momento anterior, produzindo uma nova historicidade e um imaginário em que se exige um novo valor para essa língua. O português passa a ser dois, o do colonizador e o do revolucionário. A mesma língua – que não é a mesma – ocupa um único espaço, num processo que aparentemente seria contraditório e disjuntivo, mas que constrói discursividades paralelas. Em vez de uma substituição do valor simbólico da língua, há o acréscimo de um outro sentido para a língua de colonização, que não é simplesmente transportada, mas constituída de acordo com sua

historicidade, que é outra. Mariani analisa tal processo em Moçambique no período pré-revolucionário²:

Dois sentidos para língua portuguesa entram em circulação: de um lado, mantém-se a memória língua do colonizador como língua da opressão; de outro, o acontecimento (futuro) da revolução aponta para uma língua portuguesa como língua da revolução, que não se realiza sem as demais línguas da terra. Assim, o acontecimento da colonização linguística portuguesa, enquanto memória-e-esquecimento, não perde seu vigor, mas é absorvido e ressignificado pela elite e pelos revolucionários, provocando uma virada nos modos da língua portuguesa, como objeto simbólico, fazer sentido (MARIANI, 2011).

A vitória da FRELIMO e o acontecimento histórico da independência de Moçambique trazem uma mudança discursiva na historicização da língua portuguesa nesse momento. Há uma tentativa de afirmação da identidade nacional a partir da sobreposição de dois sentidos aparentemente disjuntivos: a língua de colonização que é a mesma língua do movimento de resistência. Será que é a mesma? Reproduzindo uma indagação de Mariani (2011) ao analisar a língua nacional no pós-independência brasileiro: a língua é ressignificada como continuidade ou como ruptura?

Buscando uma resposta a essa pergunta, poder-se-ia pensar que os sentidos que se estabelecem discursivamente sobre a língua durante o acontecimento da independência dos países africanos de língua portuguesa (Guiné-Bissau, em 1973; Cabo Verde, Angola e Moçambique, em 1975) poderiam apresentar contornos tanto de ruptura como de continuidade; em outras palavras, não necessariamente a língua portuguesa manter-se-ia como a língua do colonizador, com todas as marcas simbólicas que isso acarretava, nem por outro lado passaria a ser um instrumento de luta do colonizado e se apagariam os sentidos de língua de opressão e dominação. Entre continuidade e ruptura, talvez haja dois sentidos que paralelamente constroem o real sócio-histórico desse momento.

² Angola e Moçambique obtiveram a independência no mesmo ano, pelo mesmo processo de luta armada e com apoio de países socialistas.

O estatuto do português e das línguas autóctones moçambicanas depois de 1975

À data da independência, 93% da população moçambicana não sabia ler nem escrever (PATEL, 2006), e uma das principais dificuldades no longo processo de desenvolvimento da nação pós-colonial foi o analfabetismo massivo. Além disso, as camadas sociais oriundas do campo permaneceram marginalizadas e afastadas da maioria dos partidos nacionalistas africanos (FANON, 1968, p. 46). Em geral, o camponês que vivia distante dos centros urbanos, na periferia do universo cultural colonial, é quem mantém o vínculo com a cultura autóctone. Para Fanon, é no campo que se conserva o foco da resistência cultural (e poder-se-ia dizer também linguística).

A preocupação dos dirigentes com a educação, com a língua, com a cultura nacional presente nos discursos políticos dessa época constrói os sentidos que pretendem institucionalizar um novo Estado-nação. Em princípio, o discurso fundador de Moçambique pós-colonial considera a presença do português como meio de integração dos cidadãos no sistema nacional e como facilitador do desenvolvimento das instituições políticas e sociais. Porém, apenas o português parece não dar conta da complexa realidade sociolinguística moçambicana; por isso, os movimentos admitem a necessidade de se elaborarem programas educativos considerando as línguas africanas como bases. Percebem-se, assim, inscritas nos discursos políticos dessa época, por um lado, a importância da educação para a construção das novas nações e, por outro lado, a pressuposição de que a “unidade nacional”, requisito para a ascensão da nação como um todo, deveria eliminar regionalismos. Não sem certo esforço para evitar contradições e colocar em antagonismo a ideia da unidade nacional e da pluralidade étnica e cultural, constroem-se paralelamente o discurso em torno da importância da língua portuguesa e o discurso em defesa das línguas autóctones. Estas, associadas ao tribalismo, a rivalidades históricas e a diferenças de valores entre os grupos étnicos, representavam um pluralismo cultural que ameaçava de certa forma o Estado, por ser um obstáculo à unidade política do Estado-nação.

A ação política das novas nações independentes passa por uma elaboração estratégica de desenvolvimento da cultura e da educação na nova Estado-nação. Por isso, no IV Congresso da FRELIMO, de 26 a 30 de abril de 1983, a ministra da Educação e Cultura Graça Machel profere as seguintes palavras, que demonstram a preocupação com o avanço técnico e científico da nação:

Porque não somos uma ilha, vivemos as pressões e as exigências que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia na nossa época nos impõe, em particular no nosso relacionamento com o mundo exterior. O fato, porém, é que nós somos um país muito atrasado, com um dos níveis de vida mais baixos do mundo. Um país com a esmagadora maioria da população analfabeta. Deste modo, coloca-se um problema: como nos situamos neste mundo? Como fazemos nossos os avanços científicos, técnicos e tecnológicos que a humanidade já acumulou, e são nosso legítimo patrimônio, mas tendo os pés bem firmes na realidade concreta do nosso país, tendo a cabeça bem enraizada na realidade social, econômica e cultural do nosso povo? (MACHEL, 1983).

Em Moçambique, no momento da decisão sobre qual língua seria oficial para o governo da FRELIMO na nova nação, foi escolhido o português, e não uma língua autóctone. As causas disso são controversas e exigem um exame mais acurado sobre a história da guerra de independência (cf. NAMBULETE, 2006). Um dos principais poetas da literatura moçambicana, José Craveirinha, opina sobre a questão da língua a ser implementada no pós-independência:

O medo do surgimento de um pseudo-tribalismo foi desculpa para não serem ensinadas as nossas línguas banto em paralelo ao português e inglês. Não foram libertadas da repressão anterior colonial. Nessa altura (1974/1975/76), com uma planificação adequada do embrionário MEC e do MINFO (imprensa/mídia) poder-se-iam desenvolver a nível de cada região originária, com a obrigatoriedade desse ensino linguístico nas escolas primárias desde a aprendizagem da escrita, fala e leitura das tradições locais. Os portugueses poderiam ter ajudado com nova visão se houvesse vontade política e mais contenção da repressão do novo regime da

Ponta Vermelha. Mas os ódios estavam todos na rua com os grupos dinamizadores (ou será dinamitadores?).

Sobre essa questão, Mazrui afirma que o continente não conheceu no plano linguístico um nacionalismo militante comparável aquele manifesto no plano político. O autor diz que

Os africanos sentem-se menos frustrados pela preponderância das línguas da Europa do que pela supremacia política dela. [...] a África demonstra maior disposição em acomodar-se à dependência linguística do que ela parece estar pronta a admitir o neocolonialismo político. (MARZUI, 2010, p. 2).

A noção de “educação” no período de pós-independência esteve atrelada ao próprio processo revolucionário, que se referia em geral à FRELIMO, como a “escola” (MARSHALL; 1985, *apud* MACAGNO, 2006). O “homem novo” deveria abdicar da tradição, do tribalismo e do passado colonial. O desafio era “matar a tribo, para construir a nação”, segundo palavras do próprio presidente Samora Machel. Assim, nos primeiros anos de independência, a FRELIMO fez todos os esforços para alfabetizar as pessoas, mais eficazmente que os próprios portugueses à época colonial.

Imediatamente depois da independência se criam os chamados Grupos Dinamizadores com a intenção de mobilizar as populações em torno às políticas do novo governo. Ademais de funções políticas e administrativas, os GD teriam como tarefa estimular as atividades educativas nos lugares de trabalho e ao nível das comunidades. Estes grupos comportavam espaços de discussão e de formação procurando romper tanto com as supervivências do passado colonial, como com o que se considerava como “tradicional”, “obscurantista”. Onde os Grupos Dinamizadores entram em atividade, muitas formas de relação entre os chefes tradicionais e a população começam a desaparecer. Porém, ao parecer, os GD não penetraram nas esferas mais íntimas, como determinadas cerimônias consideradas “retrógradas” - rituais fúnebres, ritos de iniciação, invocação dos antepassados, etc. (MACAGNO, 2006).

O aparato burocrático da política pós-independência desencorajava o uso das línguas nacionais, não apenas nos setores oficiais do Estado, mas também na atitude governamental de não promoção das línguas autóctones fora do âmbito regional ou doméstico, ou da alfabetização bilíngue às crianças, sob a escusa de que o português seria a língua de união entre falantes com línguas ininteligíveis. De certa forma, o plurilinguismo em âmbitos secundários do uso linguístico favoreceu o monolinguismo nos âmbitos primários, mas isso ocorreu paralelamente a uma mudança no estatuto do português, não mais com a conotação colonial e escravizadora, mas como língua legítima de reconstrução da identidade nacional. Portanto, os dirigentes dos Estados pós-coloniais viam a promoção das línguas autóctones com extrema prudência, tanto para não se oporem às antigas potências coloniais e aos quadros nacionais aculturados, quanto para se comprometerem com a unidade nacional, ameaçada por divisões étnicas baseadas no tribalismo.

Por todas estas razões, não se reconheceu às línguas africanas senão um limitado estatuto geográfico social e cultural: o campo, os adultos e a tradição oral. Porém, o desafio era relevante: tratava-se, nem mais nem menos, do acesso das populações africanas tanto à educação e à cultura quanto ao seu exercício (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 641).

Coloca-se aqui uma das questões fundamentais da história africana: o debate entre coletivismo e individualismo; entre pluralismo e nacionalismo, no que concerne à etnicidade e minorias linguísticas e culturais (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 597). Essas aparentes contradições estão costuradas ao seu momento histórico, como alguns dos sentidos possíveis para o estatuto que a língua portuguesa adquire em tal momento e, circunstanciados por tal historicidade, passam a significar o sentido predominante. Até a independência, o estatuto do português nos PALOPs era o de língua de colonização e de dominação. As marcas com que se construiu esse estatuto de dominância, de legitimidade, de prestígio - e ao mesmo tempo de opressão - constroem lugares na memória linguística na população.

O discurso fundador de Moçambique independente depois dos anos 70 instaurou as condições de produção de outros. Houve uma

ressignificação da língua, que ganha outro estatuto na sua relação dialética com a história, e a criação de uma nova memória histórica irrevogável para os falantes. Ou seja: ao imaginário do português como a língua de colonizador, soma-se o imaginário do português como a língua da construção nacional e da língua “aliada” a todas as outras que configuram com ela o panorama do multilinguismo moçambicano. Mas é bom lembrar que o status de que goza certa língua ou certa variedade linguística pode implicar a legitimação de certos discursos e o silenciamento de outros, proferidos em outras línguas, em outras variedades - não autorizadas, não hegemônicas, não normativas, não letradas. Lembrar que o político não pode ser dissociado do linguístico nos leva a considerar que os discursos que produziram os sentidos da língua portuguesa como elemento simbólico da unidade nacional, do progresso das novas nações, das relações internacionais, da edificação, etc. durante as lutas de libertação nacional dos PALOPs, constituíram de certa forma essa mesma língua, e, por que não dizer, essas nações. No entanto, também levaram ao apagamento e ao silenciamento de toda uma fonia bantu com a qual ela estava em contato, sem que, no entanto, fossem silenciadas as dezenas de línguas bantu da África subsaariana e seus milhões de falantes. Percebe-se que não são excludentes as funções linguísticas socialmente assumidas pelos falantes, tampouco as discursividades que se produzem sobre elas, ainda que aparentemente contraditórias. Os interesses em jogo à época pós-revolucionária opunham um sonho socialista de nação unificada à pluralidade etnolinguística com que os governos atuais têm de lidar, com muitos esforços.

A Lei do Sistema Nacional de Educação de 1983 diz:

A dominação colonial em Moçambique impôs uma educação que visava a reprodução da exploração e da opressão e a continuidade das estruturas coloniais-capitalistas de dominação. Foram desenvolvidos sistemas de educação paralelos, para filhos da classe dominante e para indígenas. A luta armada de libertação nacional representa a expressão mais alta da negação e ruptura com o colonialismo e as concepções negativas da educação tradicional.

No artigo 4º do primeiro capítulo, a Lei coloca, entre os objetivos gerais da Lei Nacional de Educação:

- [...] b) Erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a todo o povo o acesso ao conhecimento científico e o desenvolvimento pleno de suas capacidades;
- c) Introduzir a escolaridade obrigatória e universal de acordo com o desenvolvimento do país, como meio de garantir a educação básica a todos os jovens moçambicanos; [...]
- g) Difundir, através do ensino, a utilização da língua portuguesa contribuindo para a consolidação da unidade nacional;

Apesar de a lei ressaltar a obrigatoriedade da matrícula, frequência e conclusão das sete primeiras classes, dados da Divisão de Estatística das Nações Unidas mostravam que ainda havia um longo caminho pela frente: o analfabetismo havia reduzido de 93% da época da independência para 70% em 1985. Reproduzo aqui o artigo 5º., o único trecho da Lei que trata das línguas nacionais moçambicanas:

O Sistema Nacional de Educação deve, no quadro dos princípios definidos em lei, contribuir para o estudo e a valorização das línguas, cultura e história moçambicana, com o objetivo de preservar e desenvolver o patrimônio cultural da nação.

A lei tem dez páginas, 50 artigos e apenas neste pequeno trecho faz-se menção às línguas autóctones. Percebe-se a diferença de estatuto atribuído na própria lei da Educação ao ensino da língua portuguesa (exaustivamente detalhado, defendido como obrigatório, como unificador, e mais uma série de qualificações categóricas etc.) e às línguas autóctones (caracterizadas como um elemento folclórico a ser resgatado e valorizado, quando nem a própria lei destina-lhes mais do que quatro linhas). Nos artigos 32 a 35, que tratam do Sistema de Formação do Professor, ainda se destaca (em 1983) que tal formação tem “um caráter profundamente ideológico que confere ao professor a consciência de classe que o torna capaz de educar o aluno nos princípios do Marxismo-Leninismo”. Os objetivos e domínios abarcam competências como “assegurar a ideologia científica do proletariado”, “forjar uma consciência patriótica”, “atualizar-se, reciclar-se, aperfeiçoar-se”. Mas não se toca no tema das línguas autóctones como veículos de cultura e identidade.

Nove anos mais tarde, em 1992, a Lei Nacional da Educação recebe reajustes, a fim de adequar-se às “novas condições sociais e econômicas do país”. Nela, o Estado abre o processo educativo à participação de outras entidades, incluindo as comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas. Ao longo do texto, destaca-se a importância da cooperação de entidades econômicas e sociais, além de pais, família e Estado, no cumprimento da obrigatoriedade escolar. São retiradas da lei todas as menções à ideologia Marxista-Leninista e aparecem novos termos, como desenvolvimento sócio-econômico do país, profissionais com alto grau de capacitação, iniciativa criadora, sensibilidade estética. Mantêm-se as ideias de erradicação do analfabetismo (que em 2007 está em 33% para os homens e 63% para as mulheres) e da obrigatoriedade do ensino. O artigo referente ao estudo das línguas moçambicanas é assim reformulado:

O Sistema Nacional de Educação deve, no quadro dos princípios definidos na presente lei, valorizar e desenvolver as línguas nacionais, promovendo a sua introdução progressiva na educação dos cidadãos.

Não obstante, no artigo 11, que trata do Ensino Primário, nenhum dos objetivos sequer menciona o ensino bilíngue em línguas autóctones e português ou como ele seria implementado. O tema das línguas nacionais é melhor contemplado na Legislação que trata da Política Cultural. O Conselho de Ministros, por meio da Resolução no. 12-97 de junho de 1997, inclui as línguas moçambicanas no Patrimônio Cultural³. Considero relevante transcrever na íntegra o excerto:

As línguas nacionais constituem um importante patrimônio por serem o principal repositório e veículo das tradições nacionais, instrumento de comunicação da maioria dos moçambicanos e elemento fundamental para o envolvimento dos cidadãos na vida social, econômica e política.

³ Ao lado de (1) monumentos, sítios e locais históricos; (2) museus (3) arquivos (4) folclore, traje e culinária típicos (5) Rituais, crenças, medicina e poder tradicionais.

Entre as ações a empreender neste domínio e, com base em estreita colaboração das instituições e departamentos relevantes na matéria, figuram: a valorização social das línguas, o apoio aos centros de estudo das línguas moçambicanas existentes ou a estabelecer; a codificação e padronização da ortografia das línguas moçambicanas e a seleção das línguas que, em cada província ou região, deverão ser introduzidas no Sistema Nacional de Educação, assim como na atividade política, social e econômica. Incentivos serão destinados a projetos de produção de dicionários, gramáticas, prontuários e obras literárias e científicas em línguas nacionais. O desenvolvimento e expansão do ensino da língua portuguesa, como língua oficial de Moçambique, continuará a ser encorajado.

A língua, reconhecida como entidade cultural, um entre outros dos costumes sociais de uma comunidade, passa a ser considerada patrimônio, riqueza cultural, do mesmo modo que obras de arte, edifícios históricos e outros bens que também devem “protegidos” pelo Estado. Essa visão da diversidade linguística, que converte as línguas em objetos que devem ser conservados, ignora os falantes, desconsidera a realidade dinâmica da linguagem e escamoteia os conflitos sociais e políticos que os intercâmbios linguísticos encenam (LAGARES, 2008)⁴. Dois aspectos parecem marcar os discursos dos governantes sobre o tema: o primeiro são as metáforas ecológicas salvacionistas e preservacionistas do patrimônio cultural que são as línguas autóctones. O segundo refere-se aos empecilhos principalmente de ordem financeira para a realização dos projetos. Não obstante, muitos projetos de planificação linguística, com subsídio teórico de linguistas moçambicanos, tiveram lugar nos anos 80 e 90.

A política linguística apropriada para Moçambique deverá viabilizar duas realidades aparentemente inviabilizáveis, a saber, “uma sociedade pluriétnica e multilíngue cuja identidade cultural deriva de um patrimônio comum dos diversos ramos locais do grupo Bantu” e “a língua de unidade nacional não-moçambicana e, portanto, estranha para a maioria” (HONWANA, 1983).

⁴ Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/Anais/anais_paginas_%203079-3467/A%20constitui%E7%E3o%20espanhola.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

A política linguística de Moçambique que se deixa antever na opção política de comunicação oficial através da língua portuguesa numa sociedade plurilíngue em que para a maioria dessa sociedade a língua de comunicação oficial é estranha, deve assentar, como princípio, em bases que neutralizem essa contradição real e inerente. [...] Definimos assim, uma estratégia global de investigação linguística que permita uma otimização das línguas Bantu em harmonia com a língua portuguesa. Uma tal estratégia é essencialmente caracterizada por uma investigação aplicada orientada para as necessidades imediatas do ensino e da comunicação no plano da informação. (KATHUPA, 1985, p. 30).

Nenhum desses projetos, no entanto, foi empreendido em larga escala e cabalmente de maneira efetiva pelo governo moçambicano. Paralelamente a isso, algumas políticas de língua são levadas a cabo por iniciativa de alguns órgãos e núcleos. Criou-se na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane o Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), o qual publicou um amplo relatório sobre os resultados do Primeiro Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas em 1989. Em seguida, neste mesmo ano, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) elaborou o Projeto de Educação Bilíngue em Moçambique (PEBIMO), implementado em duas províncias mais homogêneas linguisticamente, Gaza e Tete, entre 1993 e 1997.

De fato, apenas muito recentemente, há uma mudança na abordagem da relação entre o português e as línguas bantu locais, iniciada na virada político-ideológica dos anos 90, em que se valoriza o espírito multipartidário, multilíngue e multicultural (CHIMBUTANE, 2009, p. 45), como parte do enquadramento do país no contexto global e regional. Mais de duas décadas depois da independência, o governo de Moçambique assumiu a importância do ensino bilíngue e do desenvolvimento de políticas públicas que valorizem as línguas autóctones nas escolas (Cf. NELIMO, 1989; INDE-MINED, 1996; NGUNGA, 1985, 2008; BENSON, 1997; PATEL, 2006; NGUNGA, CHAMBELA; BISQUÉ, 2007; CHAMBELA; BISQUÉ, 2009, CHIMBUTANE, 2009).

O Ministério da Educação e Cultura introduziu oficialmente a educação bilíngue em línguas moçambicanas e português, em todo o

país a partir de 2002 (PATEL, 2006). A partir de 2004, algumas escolas moçambicanas passaram a ter um currículo do ensino primário que inclui um modelo monolíngue só em português destinado a crianças que têm o português como língua materna e um modelo bilíngue em línguas moçambicanas e português para crianças de zonas rurais que não têm o português como língua materna. Participam hoje da implementação da educação bilíngue, além de órgãos do governo, também ONGs, igrejas, associações de moradores, empresas, etc. Ao cabo da primeira experiência-piloto de educação bilíngue em Moçambique – PEBIMO –, fez-se um debate em que algumas autoridades pronunciaram-se. O ministro da Educação demonstra prudência ao afirmar:

[...] como o processo ensino-aprendizagem é um processo de comunicação, e a língua portuguesa é estranha para as nossas crianças, a utilização da língua materna pode facilitar. [...] Há implicações quando saímos de uma experiência para uma generalização ao ensino, e a mudança tem de ser gradual. Tem de serem desenvolvidos os currículos e os materiais, e o elemento crucial é a formação de professores. Por isso não vamos fixar prazos, mas vamos caminhar, usando as línguas maternas e o português. [...] A nossa política é de favorecer as línguas moçambicanas... Mas precisamos de tomar determinados passos. (PATEL et al. 1997, 3).

Ainda assim, ao final de sua fala, o Ministro admite: “O atual rendimento fraco tem explicação na falta de comunicação na escola; se o aluno não está a compreender, a escola é como prisão. Isso influi no domínio afetivo, porque podem não gostar da escola por causa da língua.”

Em contraposição aos discursos oficiais, linguistas, pesquisadores e técnicos em educação ressaltam as vantagens da educação bilíngue a longo prazo. Zaida Gulli, técnica em Educação do INDE de Moçambique, no debate supracitado argumenta: “o investimento no ensino bilíngue vale a pena; há custos agora, mas se evitarmos o desperdício escolar, ganhamos um retorno a longo prazo.” (PATEL, 1997, p. 5).

Ao responder ao Ministro da Educação sobre coordenar com a mesma metodologia a informação linguística que vem de várias fontes e

projetos, Gregório Firmino mencionou que um projeto linguístico ficou parado (com muita informação, sem análise) por falta de recursos; e que O NELIMO fizera uma proposta de coordenação há muito tempo, mas ninguém tomou providência. Propôs-se então uma organização independente da universidade, dentro do governo, mas não houve apoio (PATEL, 1997, p. 9). Mais uma vez o tema da escassez de recursos. Ao fim do debate o Ministro conclui:

Nós não vamos inventar a roda; já foi inventado há muito tempo, e precisamos usar a roda agora. Já há línguas suficientemente desenvolvidas. Vamos ir buscar os materiais dos países vizinhos e procurar padrões; podemos fazer e avançar. Falando pelo MINED, estamos interessados em andar para frente. (PATEL, 1997, p. 15).

É interessante notar que o Ministro usa aqui a mesma metáfora de que se vale Skutnabb-Kangas para descrever a indiferença que caracteriza a educação de minorias linguísticas em muitos países colonizados, onde são comuns soluções pragmáticas e *ad hoc*: “Há poucas áreas nas quais a roda foi reinventada tantas vezes como na educação de minorias linguísticas” (1990, p. 43). A autora afirma que não faltam exemplos de narrativas autobiográficas a respeito de punições, físicas e psicológicas, pelo uso da língua materna em uma resultante “colonização da mente”.

Conclusão

Em muitas ex-colônias africanas e latino-americanas, a língua colonial é ainda hoje usada na escolarização, com total indiferença sobre quais eram e são as línguas maternas das crianças e seu status de língua majoritária ou minoritária. Embora haja iniciativas de educação bilíngue por parte do governo, de ONGs e instituições religiosas, conforme relatamos anteriormente, ainda há um longo percurso a ser vencido até que o problema da política linguística seja satisfatoriamente contemplado nos PALOPs. Entender a sócio-história da construção do estatuto dessas línguas no processo de descolonização linguística dos países africanos pode ser revelador dos papéis que as variedades

dialetais e socioletais desempenham no separatismo linguístico, na segregação de minorias linguísticas, na política e planificação do governo para a educação, da relação existente entre o português como língua majoritária em relação às línguas autóctones com que convive.

Ao tentar estabelecer uma identidade linguística nacional, qual é a preocupação, por parte dos agentes envolvidos no processo de educação e de políticas linguísticas de Moçambique de dar à população o acesso a oportunidades de adquirir as variedades de prestígio? Como se configuram na fala do mesmo indivíduo a lealdade e a identidade linguísticas em relação às línguas maternas e nacionais de seus ancestrais, aprendidas e formadas desde a infância, e a língua majoritária do país? Essas são perguntas ainda a serem respondidas nas tarefas de melhor compreender uma das variedades nacionais do português menos conhecidas da comunidade científica internacional e de se pensar a complexidade das redes culturais dos países emergentes e suas relações com os países colonizadores, bem como de analisar o papel que as línguas desempenham como veículos de identidade e de cultura na reconstrução dessas nações no período pós-colonial.

Referências

CABRAL, Amílcar. “A cultura nacional” In: **A arma da teoria: unidade e luta**. Vol. I. Coordenação de Carlos Comitini. Rio de Janeiro: Codecri, 1980 (Coleção Terceiro Mundo; v.n.41).

CHAMBELA, R.; BISQUÉ, J. **O ensino bilíngue em Moçambique: o presente e o futuro**. Maputo: INDE, 2007.

CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano: entre intenções e gestos**. São Paulo, Via Atlântica, 1999.

CHIMBUTANE, Feliciano. **Rethinking Bilingual Education in Post-Colonial Contexts**. Clevedon/Avon: Multilingual Matters, 2011.

COOPER, Robert L. **Planificación Lingüística Y Cambio Social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad: Alexandre Pomar. Porto: A. Ferreira, 1952.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 197-207.

FIRMINO, Gregório. Alguns problemas da normatização do Português em Moçambique. **Limani**, 3, 1987. p. 11-25.

_____. **A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique**. Maputo: Promedia, 2002.

HONWANA, Raul Bernardo. **Memórias**. Lisboa: Edições ASA, 2010.

KATUPHA, Mateus. “Panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política apropriada”. In: Direcção da Associação Portuguesa de Linguística (org.) **Actas do I Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, pp. 317-334. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 1985.

MACÊDO, Tania. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo: Editora Unesp; Luanda (Angola): Nzila, 2008.

MACHEL, Graça. Atas do IV Congresso da FRELIMO. 26 a 30 de abril de 1983. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/>>. Acesso em 17 out. 2010.

MACHILI, Carlos. “As características da expansão portuguesa em Moçambique e a Problemática das Línguas Moçambicanas”. In: **Anais do III Seminário de Radiodifusão em Línguas Moçambicanas**. Maputo, 18-20 de setembro de 1996.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. “Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique”, 2011, *no prelo*.

MAZRUI, Ali. “Introdução”. In: MAZRUI, Ali A. & WONDJI, Christophe. (Org.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

MUIUANE, Armando Pedro. **Datas e documentos da história da Frelimo**. Ciedima, SARL, Maputo, 2006.

NAMBURETE, Eduardo. “Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português” In: BASTOS, Neusa Barbosa. **Língua Portuguesa: reflexões lusófonas**. São Paulo: EDUC, 2006. p. 63-74.

NELIMO. Núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas. **Relatório do I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas**. Maputo: NELIMO-INDE, 1989.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Europa-América, 1997.

NGUNGA, Armindo. “O estatuto das línguas nas instituições de ensino em Moçambique”. Comunicação apresentada no **Seminário da UNESCO sobre a disseminação das línguas locais**. Lusaka, Zâmbia, 1985.

_____. “O papel das línguas moçambicanas no desenvolvimento socioeconômico do país”. Trabalho apresentado no **I Seminário Nacional de Balanço do Ensino Bilíngue em Moçambique**. Maputo, 2008.

NGUNGA, A.; CHAMBELA, R.; BISQUÉ, J. “Educação Bilíngue: uma estratégia de apropriação da escola em Moçambique”. Trabalho apresentado no **IV Seminário de Investigação da Universidade Eduardo Mondlane**. Maputo, 2007.

NGUNGA, Armindo et alii. **Educação Bilíngue na Província de Gaza: avaliação de um modelo de ensino**. Maputo: Centro de Estudos Africanos, UEM, 2010.

_____. “Monolingual education in a multilingual setting: the case of Mozambique”. In: **Journal of Multicultural Discourses**. v. 6, n. 2, p. 177-196. 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17447143.2011.57753>>. Acesso em: 10 out. 2014.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX**. Niteroi, EDUFF, 1995.

PATEL, Samima Amade. **Olhares sobre a educação bilíngue e seus professores em uma região de Moçambique**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas. Campinas, Campinas, SP: 2006.

_____. **Um olhar para a formação de professores de educação bilíngue em Moçambique: foco na construção de posicionamentos a partir do lócus de enunciação e actuação**. 2012. 266f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada, Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2012.

PATEL, Samima *et al.* **Relatório do debate sobre Estratégias para o alargamento da Educação Bilíngue**. Maputo: INDE, 1997.

PONSO, Letícia Cao. O português no contexto multilíngue de Angola. **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, n. 35/36, p. 147-162, 1º semestre 2009.

SKUTTNAB-KANGAS, Tove. "Linguistic Minorities". Multilingual Settings Implications for language policies. **RELC Journal** v. 26, n.2, December, 1990. p. 130-138.